

# Burity examina aspectos jurídicos

O Governador Tarcísio Burity disse, ontem, no Rio, que não tem, ainda, condições de saber se cabe ao Senado interpellá-lo por supostas declarações feitas a jornais, em João Pessoa, que o Senador indireto Maurício Leite (PDS-PB) considerou ofensivas à instituição e aos seus membros.

"Vou examinar com calma o telex que o 1º secretário do Senado, Alexandre Costa, enviou para o Palácio Redenção, em João Pessoa. Dele só tenho conhecimento superficial, através de informações esparsas que me foram dadas por jornalistas do Rio. Retorno à Paraíba na terça-feira e da questão", explicou o Governador.

## Os fatos

Segundo o Governador da Paraíba, os comentários que fez sobre as dificuldades que alguns Senadores opõem durante as votações de projetos de importância para Estados e municípios — pedidos de autorização para operações de empréstimos internos e externos — "não tiveram caráter genérico e nem o sentido de ofensa à mais alta instituição legislativa do país".

"A crítica — prosseguiu — versou sobre a situação específica da Paraíba. Enquanto eu recebia, no acompanhamento da votação dos projetos que interessavam ao Estado, o apoio suprapartidário do Senador Cunha Lima, do PMDB, o segundo suplente de Senador biônico pelo PDS paraibano procurava obstruir os trabalhos do Senado. Fiz e faço justiça, também ao líder pemedebista, Paulo Brossard".

Invocando, a seguir, a condição de professor universitário, na cadeira de Direito Constitucional, o Sr Tarcísio Burity afirmou que "nunca partiria, de mim, um democrata por convicção, qualquer ofensa ao Senado. O Poder Legislativo tem e sempre terá o meu respeito, como um dos grandes pilares da democracia representativa. Estão tentando, na verdade, criar uma tempestade em copo d'água, transportando para o plano nacional um problema tipicamente regional".

## A interpretação

O Governador paraibano acha que o segundo suplente de senador indireto pelo seu Estado procurou "dar uma interpretação tendenciosa aos comentários que fiz sobre a votação pelo Senado, no último dia 5, de pedidos de autorização de empréstimos para Estados e municípios". E continuou:

"Em linhas gerais, só me cabe estranhar tudo isso. Afinal de contas, creio que num regime de abertura política, quando muitos senadores criticam o Presidente da República, governadores e prefeitos, o que se pratica, sem nenhum arranhão, é o exercício da democracia. Os Executivos têm, em contrapartida, o direito e o dever de também discordarem dos senadores. Tanto num caso como no outro, as instituições não entram em jogo".

Para o Sr Tarcísio Burity, "os acontecimentos que envolvem o meu nome, neste episódio, são lamentáveis. Eu venho lutando somente para dar à Paraíba, dentro de um contexto muitas vezes adverso, maior margem de desenvolvimento. Os empréstimos que vou contrair, por exemplo, são de grande importância para a criação de novos empregos no Estado ou para a solução de graves problemas de saúde pública, eletrificação rural, abastecimento de água e escoamento da produção agrícola".

## Os projetos

Dos projetos que vai realizar, com os empréstimos a serem negociados junto a órgãos de crédito do país, entre eles a Caixa Econômica Federal, o Sr Tarcísio Burity destacou a construção do canal do estreito, no Município de Souza, que é o terceiro mais importante do Estado, depois de João Pessoa e Campina Grande. O canal vai acabar com a poluição no centro da cidade, que é cortado, de ponta a ponta, por um rio de águas paradas, foco de doenças endêmicas.

Os empréstimos que o Governador conseguiu salvar, na última sessão plenária do Senado, este ano, servirão, também, para a construção, em João Pessoa, de um distrito mecânico — concentrará pequenas oficinas que se dedicam a reparos de automóveis e de eletrodomésticos — e de um Centro Cultural. Nesse último projeto, o Estado investirá Cr\$ 150 milhões. O Sr Tarcísio Burity levará, ainda, com os recursos que vai obter, o projeto Cura — de urbanização — a Campina Grande e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) à Capital e interior paraibanos.

A Paraíba deseja, por outro lado, um único financiamento externo, no montante de Cr\$ 20 milhões de dólares, para programas de abastecimento de água, eletrificação rural e construção de estradas vicinais. O pedido de autorização para essa operação não pôde ser votado pelo Senado, este ano, sobrando para março de 1981.